



MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DO PICO REALIZADA AOS DOZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E ONZE. -----

Aos doze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze nesta vila, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, pelas nove e trinta realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal das Lajes do Pico, sob a presidência do senhor presidente da Câmara, Roberto Manuel Medeiros da Silva, estando presentes os vereadores senhores, Hildeberto Manuel Pereira Peixoto, Mário José Dinis Tomé, Sara Maria da Rosa Santos e Sérgio Renato Azevedo de Sousa. -----

A realização desta reunião extraordinária foi deliberada na reunião do Executivo realizada a sete de Dezembro passado, estando presentes todos os membros e considerando-se desde esse dia devidamente convocados. -----

Secretariou a reunião a Chefe de Divisão, Palmira Guincho Palhaça. -----

Sendo a hora designada e verificado o quórum, o senhor presidente declarou aberta a reunião. -----

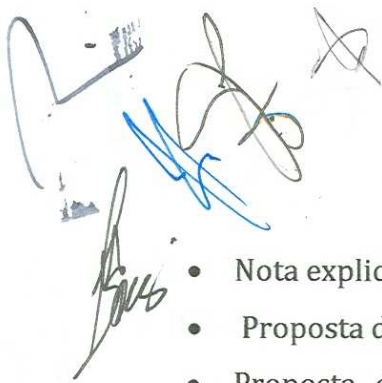
ORDEM DO DIA

- 1. - PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2012;**
- 2. - PROPOSTA DE VALOR DE TAXA A APLICAR NO IRS; -----**
- 3. - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - ALTERAÇÃO DE TARIFAS; -----**
- 4. - DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA - DESPESAS APRESENTADAS. -----**

Passou-se de seguida à apreciação dos assuntos inseridos na ordem do dia:

1- PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2012:

Foi presente à reunião a proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para os anos de 2012/2015, documentos que foram previamente distribuídos pelos senhores vereadores por forma a habilitá-los à decisão e que aqui se dão por integralmente reproduzidos, para todos os devidos e legais efeitos e que são compostos por:

- 
- Nota explicativa elaborada pelo senhor Presidente da Câmara: -----
 - Proposta de Orçamento para o ano de 2012; -----
 - Proposta das Grandes Opções do Plano, que integram o Plano Plurianual de Investimentos e as Actividades Mais Relevantes 2012/2015 -----
 - Mapas dos encargos anuais a satisfazer com a liquidação de empréstimos no período de 2012 a 2017; -----
 - Mapa de Pessoal para o ano de 2012; -----
 - Gráficos; -----
 - Minutas dos protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia do Concelho no âmbito das delegações de competências propostas.-----
 - Ofício da CULTURPICO E.E.M., datado de 09 de Dezembro, propondo os valores necessários ao seu funcionamento, incluindo as áreas de investimento para o ano de 2012. -----

A proposta de Orçamento para o ano de 2012, foi elaborada tendo em conta as metas impostas pelo Saneamento Financeiro em vigor na autarquia e apresenta um valor global de receita e despesa de 12 460 873,00 € distribuídos por: -----

- Receitas Correntes.....	3 028 028,00 €
- Receitas de Capital.....	9 432 845,00 €
- Despesas Correntes.....	3 028 028,00 €
- Despesas de Capital.....	9 432 845,00 €

O Executivo tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos dois vereadores do PSD, Sara Santos e Sérgio Sousa, aprovar a proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano, o mapa de pessoal, gráficos gerais, gráfico de controlo do cumprimento das obrigações decorrentes do Saneamento Financeiro e as minutas dos protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia no âmbito das delegações de competências propostas. -----

Mais deliberou, dando cumprimento ao disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11



MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

de Janeiro, remeter os documentos agora aprovados à Assembleia Municipal a fim de serem apreciados tendo em vista a sua aprovação.-----


Os senhores vereadores do PSD, Sara Santos e Sérgio Sousa apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“ A nossa posição em relação a este plano e orçamento é a de que esta não seria a nossa opção de gestão municipal para o próximo ano. Nesta fase, em que estamos a meio do mandato, verificamos que os primeiros dois anos foram fracos em iniciativas deste executivo, limitando-se o investimento municipal à conclusão da empreitada de rede viária que o executivo anterior deixou ainda em execução.-----

O saneamento financeiro tem sido apresentado como a justificação para a falta de iniciativa neste mandato, justificação que não aceitamos. atendendo a que o saneamento permitiu uma oportunidade financeira, nomeadamente, através das verbas que foi possível ir buscar através do empréstimo que foram, como já referimos, em declarações de voto relativas ao assunto do saneamento financeiro, em larga medida superiores ao valor efectivo de dívida, nomeadamente, mais de um milhão de euros que foi atribuído em subsídios a colectividades, e o valor que foi possível ir buscar ao empréstimo da empreitada de rede viária, superior a dois milhões de euros, que teve o financiamento de 85% do PROCONVERGÊNCIA. -----

A existência, aliás, de um montante superior a um milhão de euros em depósitos a prazo do município durante o corrente ano de 2011 evidenciam que a falta de acção de execução de investimentos não se deve à situação financeira atendendo a que este montante em depósito a prazo asseguraria o auto financiamentos dos 15% de todo o resto do “ plafond” da Câmara ainda existente no PROCONVERGÊNCIA.

A nossa abstenção e não o voto contra prende-se com a nossa expectativa de poder ainda ver algum trabalho desenvolvido por este executivo atendendo a que o mesmo tem reunidas condições que nenhum executivo anterior teve para trabalhar e relevo aqui o facto de, para a execução de investimentos financiados por fundos comunitários, a taxa de investimento estar apenas nos 5%.-----



Gostaríamos de referir também aqui, um aspecto que nos parece penalizante para as Juntas de Freguesia: em primeiro lugar, o montante global que tem vindo paulatinamente a ser reduzido e isto não pode ser atribuído às obrigações decorrentes do saneamento financeiro porque é a consequência da decisão do actual executivo, logo no primeiro ano de mandato, de ter reduzido para metade o montante das delegações de competências sem estarem ainda em vigor as obrigações impostas pelo saneamento financeiro. -----

Parece-nos também que o critério agora adoptado de aproximação do FEF não é o mais equitativo, atendendo às especificidades da rede viária de cada freguesia, que não são, necessariamente, compatíveis com os critérios do FEF.-----

Em relação ao apresentado sobre o parque empresarial chamamos a atenção para o facto da zona da queimada estar actualmente classificada no PDM como APIA (área de pequenas indústrias e armazéns), por isso parece-nos adequado que, naquela área, seja privilegiado o seu melhoramento e a instalação de pequenas unidades, devendo ser tido em conta o tipo de indústrias a lá instalar, mantendo a ZIL no Mistério da Silveira, onde já está instalado o Matadouro do Pico e a Fábrica de Laticínios, como a zona industrial por excelência, onde deverão ser instaladas as indústrias de maior dimensão. "-----

O senhor Presidente em resposta afirmou: -----

“ 1º - A Câmara não deve nada aos fornecedores, isto é, tem as suas contas em dia, o que nunca se verificou com o anterior executivo; -----

2º - O plano de saneamento financeiro foi uma boa medida de gestão que serviu para pagar as dívidas de elevado valor deixadas pelo anterior executivo; -----

3º - A Câmara Municipal tem disponibilidades financeiras, de fundos próprios, e de fundos comunitários para investir cerca de cinco milhões de euros em 2012 e 2013, no Parque Empresarial das Lajes, na Rede Viária, no Abastecimento de Água, na Escola da Ponta da Ilha, na Frente Marítima da Vila das Lajes e no Pavilhão das Ribeiras;-----

4º - Está em curso a construção da escola da Ponta da Ilha, sendo o dono da obra a



MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

Câmara Municipal, que resultou do trabalho activo da Câmara e da cooperação institucional com o Governo dos Açores; -----

5º - A Câmara Municipal assegurou a construção da Filarmónica da Piedade, já inaugurada e apoiou a realização de grandes obras na Filarmónica das Lajes, tendo-se iniciado as obras de beneficiação da sede da Filarmónica de Sta. Bárbara e estando já previsto o início das obras na Filarmónica de Santa Cruz; -----

6º A Câmara fez uma grande intervenção na escola de São João, evitando que a mesma fechasse, bem como obras de manutenção nas escolas das Ribeiras, Ribeira do Meio e Silveira e Calheta, sem comparação com aquilo que se passou nos mandatos anteriores;-----

7º- A Câmara renovou o seu parque de máquinas substituindo as velharias que herdou, criando com isso, melhores condições de trabalho aos seus funcionários e proporcionando um m melhor serviço aos Municípes; -----



8º - A Câmara, no âmbito do Saneamento Financeiro, ajudou a equilibrar as contas de diversas colectividades do nosso concelho, uma situação inédita que se regista com especial agrado e que assume um extraordinária importância para o prosseguimento das actividades das mesmas;-----

9º - A Câmara tem tido uma forte cooperação com todas as Juntas de Freguesia e não apenas com algumas, como aconteceu com o anterior executivo, o que complementa a redução das verbas no âmbito dos protocolos das delegações de competências, que é possível estabelecer, no actual cenário das transferências financeiras do O.G.E. para o Município.-----

10º - No curto prazo de dois anos endireitamos as contas e projectamos o futuro seguindo o que, no essencial, aquela que foi a proposta apresentada nas eleições e que mereceu a aprovação por parte dos eleitores do concelho." -----

Os vereadores do PSD, Sara Santos e Sérgio Sousa responderam:

“Em aditamento à nossa declaração anterior e no que respeita às obras executadas por este município, em que referimos a empreitada rede viária iniciada no anterior mandato e não fizemos referencia à escola da Piedade e à sede da



Filarmonica da Piedade, gostaríamos de acrescentar que, também em relação a estas duas obras, aprez-nos que tenha sido dada continuidade aos processos iniciados pelo executivo anterior que deixou então o concurso para a empreitada de construção para a escola da Piedade, já em curso e a sede da Filarmónica da Piedade com o projecto concluído, entregue à sua direcção e com o contrato programa para o financiamento da obra já aprovado pela Assembleia Municipal. -----

Entendemos que, pelos menos nestas, o senhor Presidente da Câmara pode afirmar estar cumprindo as suas propostas apresentadas aos eleitores, em relação ao restante deixamos aos munícipes esse julgamento.”-----

2 - PROPOSTA DE VALOR DE TAXA A APLICAR NO IRS;

O senhor Presidente da Câmara apresentou ao Executivo a proposta abaixo descrita: “Na reunião da Câmara de 9 de Novembro foi aprovada por unanimidade a anulação da participação de 5% no IRS destinado à Câmara Municipal, prescindindo o Município de 5% da aplicação da taxa do IRS a favor dos munícipes, sendo que os contribuintes residentes no concelho receberiam mais 5% em caso de reembolso ou entregariam menos 5% no caso de terem IRS a pagar ao Estado. -----

A proposta de deliberação tinha como pressupostos a redução das taxas do IMI para os valores mínimos, aprovada por unanimidade na reunião de Câmara realizada em 26 de Outubro e o aumento das taxas da água afectas ao consumo doméstico. Este aumento das receitas, resultante das novas taxas da água, compensaria a redução do IMI e permitiria anular a participação de 5% no IRS destinado à Câmara Municipal.-----

Na reunião da Assembleia Municipal realizada a 25 de Novembro, a proposta de redução das taxas do IMI para os valores mínimos, foi aprovada por unanimidade, mas a proposta de aumento das taxas da água não foi aprovada, porque o grupo de Deputados Municipais do PSD considerou que as novas taxas reflectiam aumentos brutais, tendo sugerido que a Câmara revisse a proposta, o que foi aceite pelo Presidente da Câmara, tendo em consideração, como explicou, que os valores mínimos das taxas do IMI tinham um acréscimo de um ponto percentual para o ano de 2012.-----

Assim:-----



MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

Considerando a nova proposta de aumento das taxas da água para abastecimento doméstico, que se traduz numa receita menor para o Município, comparativamente à proposta aprovada na reunião de Câmara de 9 de Novembro, que não mereceu a aprovação da Assembleia Municipal antes referida;-----

Considerando a criação da taxa social da água, que isenta as pessoas com rendimentos comprovadamente baixos, do pagamento da água no 1º escalão, até a um consumo de 5.000 litros;-----

Considerando a redução expressiva do FEF e do FSM, no montante de 196 539,00 € que implicou, na elaboração do Orçamento Municipal para 2012, uma diminuição muito significativa das ajudas financeiras destinadas às colectividades concelhias, em especial às Filarmónicas e Clubes Desportivos, que seria ainda mais drástica, se o Município abdicasse da receita proveniente do IRS. -----

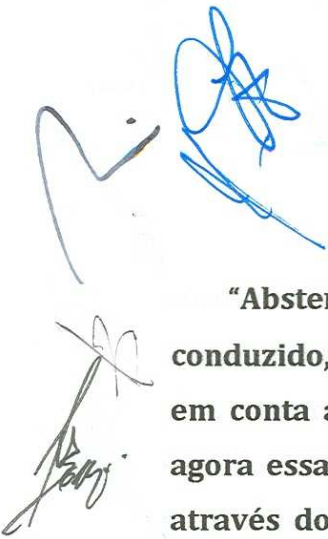
Considerando que a receita do Município proveniente do IRS presta um contributo importante no objectivo de manter o valor global das transferências para as Juntas de Freguesia, no âmbito das delegações de competências, no que diz respeito às transferências correntes, ainda que tenha havido uma redução de 9% por imposição do Plano de Saneamento Financeiro. -----

PROPONHO: a manutenção da participação de 5% no IRS destinado à Câmara Municipal, no montante estimado de 75 275,00 €, como contributo importante para atingir o equilíbrio financeiro entre as receitas e as despesas que constam do Orçamento do Município para 2012.” -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos vereadores Sara Santos e Sérgio Sousa, aprovar a proposta apresentada. -----

Mais deliberou, os termos do artº 53º/2, al. g) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, remeter a presente proposta à Assembleia Municipal a fim de ser apreciada, tendo em vista a sua aprovação. -----

Os vereadores Sara Santos e Sérgio Sousa apresentaram a seguinte declaração de voto: -----



“Abstemo-nos porque não concordamos com a forma como o assunto tem sido conduzido, nomeadamente esta proposta inicialmente relativa ao IRS, apenas tinha em conta as alterações introduzidas ao nível do IMI e da tarifa de água, estando agora essas últimas resolvidas é apresentado como dado novo a possibilidade de, através do IRS, financiar as colectividades pressupondo-se assim, que a intenção inicial não contemplava o apoio às colectividades para o próximo ano. -----

Atendendo a que a deliberação anterior sobre esta matéria estava relacionada com propostas já apresentadas e já em discussão, mas não deliberadas em definitivo pela Assembleia Municipal, como as tarifas de água, entendemos que deve ser a Assembleia Municipal a pronunciar-se em definitivo sobre esta matéria. -----

Gostaríamos de acrescentar que, a redução das transferências do O.G.E. não é um dado novo porque já era conhecido aquando da apresentação inicial desta proposta, pelo que não nos parece ser um argumento válido para esta alteração agora apresentada.” -----

Em resposta o senhor Presidente afirmou:

“É bom de perceber que a redução das transferências financeiras do O.G.E., no valor cerca de 200 000,00 €, tem como consequências o abaixamento dos apoios à instituições e colectividades, contrariamente ao que era a intenção do Executivo Municipal, pelo que, anular a receita obtida a partir do IRS contribuiria ainda mais para a redução necessária, incluindo os valores que são protocolados com as Juntas de Freguesia. -----

3 -PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - ALTERAÇÃO DE TARIFAS;

Foi presente à reunião a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Câmara sobre o assunto referenciado em epígrafe, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos, que fixa anexo à presente acta e que vai ser rubricado por todos os membros do executivo presentes à reunião. -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PSD, Sara Santos e Sérgio Sousa, aprovar a proposta apresentada.



MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

Os senhores vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto:

"A primeira proposta sobre a tarifa de águas apresentada na reunião de 26 de Outubro mereceu o nosso voto contra por considerar que se tratava de um aumento excessivo. Apraz-nos registar que houve uma melhoria nesta proposta, nomeadamente a introdução da taxa social com a qual concordamos, no entanto, tendo sido entregue a um grupo de deputados da Assembleia Municipal a tarefa de constituírem um grupo de trabalho para análise desta situação e não tendo conhecimento do que resultou do trabalho desse grupo, entendemos prematura estar a deliberar sobre esta alteração de tarifa." -----

4 - DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA

1 - Da Junta de Freguesia de Lajes do Pico, o ofício número 104 e 107/2011, datados de dois de Dezembro, e nove Dezembro remetendo comprovativos de despesas efectuadas no âmbito das delegações de competências protocoladas, a saber:

Caminho da Meia Lua - Silveira -----	1 400,00 €
Caminho das terras -----	3 600,00 €
Canada Ana de Vargas -----	10 797,33 €

O sector de aprovisionamento informa que as despesas apresentadas estão dentro dos valores protocolados. -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou por unanimidade mandar proceder ao pagamento das despesas efectuadas, logo que o Gabinete Técnico confirme a realização das mesmas. -----

2 - Da Junta de Freguesia de Ribeiras, os ofícios números 42 a 47/2011, todos datados de 06 de Dezembro, remetendo comprovativos de despesas efectuadas no âmbito das delegações de competências protocoladas, a saber: -----

Beneficiação dos espaços exteriores das escolas-----	886,50 €
Construção do campo de volei de praia -----	386,50 €
Beneficiação das zonas de lazer e balneares -----	274,25 €
Manutenção da rede viária -----	100,54 €
Manutenção das instalações sanitárias públicas e balneários -----	2 832,00 €

Caminho do Atalho ----- 4 036,06 €

O sector de aprovisionamento informa que as despesas apresentadas estão dentro dos valores protocolados, com excepção do valor referente à manutenção das instalações sanitárias públicas e balneários, onde são apresentadas despesas no valor de 2 832,00 € e só pode ser considerado o montante de 2 500,00 € por atingir o valor protocolado. -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou por unanimidade mandar proceder ao pagamento das despesas efectuadas, até aos montantes protocolados, logo que o Gabinete Técnico confirme a realização das mesmas. -----

3 - Da Junta de Freguesia da Calheta de Nesquim, o ofício número 181/2011, datado de 06 de Dezembro, remetendo comprovativos de despesas, no valor de 1 930,00 €, a saber: -----

Caminho do Jogo da Bola ----- 1 930,00 €

O sector de aprovisionamento informa que as despesas apresentadas excedem o valor protocolado só podendo ser participado o valor de 1 361,90 € . -----

O Executivo tomou conhecimento e deliberou por unanimidade mandar proceder ao pagamento das despesas efectuadas, logo que o Gabinete Técnico confirme a realização das mesmas. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos consignados nos números três e quatro do artigo noventa e dois da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, que depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo senhor Presidente, por todos os membros do Executivo presentes à reunião e por mim, *Boa noite, Beir nclw Balha e* com funções de secretária, que a elaborei e escrevi. -----

De seguida foi encerrada a reunião eram catorze horas. -----



MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
